

DUAS LEMBRANÇAS

migração, história e cativeiro num povoado mineiro

*Eduardo Magalhães Ribeiro **

*Flávia Maria Galizoni ***

LEMBRANÇAS E HISTÓRIAS

De que se recorda o migrante, qual lembrança carrega da sua terra, e como constrói sua história? Migrantes transportam consigo uma história própria, que se expressa no costume e no sotaque; às vezes retornam à origem em busca das lembranças que carregam na memória, e costumam ser muito valorizadas, porque os conforma como sujeitos. Quase sempre é assim, e isso foi comentado com tanta frequência na literatura e nas pesquisas que se tornou quase um consenso. Drummond resumiu tudo num poema, mostrando que, definitivamente, a lembrança é a maior das bagagens que o migrante carrega consigo: afinal, ele teria mesmo, algum dia, saído de sua terra?

Mas sempre é preciso ter claro que lembranças não são fatos, não são

estáveis, e nem mesmo são individuais. Elas não são registradas, cambiam, são flexíveis. Por isso, são referências que podem ser transformadas e reconstruídas, e assim ganham uma força maior que o poder de lembrar, que a memória. Embora possam ser um capital coletivo dos mais valiosos, base para ações por emancipação e liberdade, podem ser também base para construir domínios sobre pessoas ou grupos. Então, a história recontada desmonta, desfaz, remonta outras histórias.

Às vezes isso é usado contra populações excluídas. A história é reconstruída por um viés muito particular, uma nova versão é imposta ao grupo, e pode até ser baseada em lembranças pessoais. Mas essa história pode ter força bastante para criar um domínio. Então, essa nova história pode ser doída para os que a recebem.

Isso não acontece apenas com a história do país, dos heróis e das guerras. Ocorre também com as localidades. E os recursos usados não precisam ser a força, a glória e a riqueza: podem ser símbolos associados às lutas por libertação, reconstrução e renascimento de um grupo. Nessas situações a história é uma arma poderosa para oprimir e construir diferenças, ela domina e humilha. Este é o caso - peculiar, tem que ser esclarecido - de uma comunidade de migrantes da região central de Minas Gerais, que teve sua história reconstruída para criar um estigma.

A PESQUISA

Este artigo é o resultado de uma pesquisa que tinha como objetivo mapear algumas áreas remanescentes de quilombos em Minas Gerais. Foi apoiada pela Fundação Cultural Palmares, a qual os autores agradecem. A pesquisa consistiu de sondagens em comunidades que poderiam ter origem em populações escravas. Foram levantados dados que compreendiam as características do processo de produção, as formas de organização política do grupo, sua relação com o meio e os recursos naturais, as relações com as populações do entorno, as áreas e recursos de uso comum, e, principalmente, a autodefinição da coletividade como descendentes de antigos escravos.

Este levantamento foi levado a cabo consultando três fontes principais:

o material historiográfico local e geral que versava sobre aquela população e situação;

a própria comunidade, sua memória, a história que contava de si mesma;

o entorno da comunidade e a imagem da comunidade refletida neste meio.

A história foi pesquisada em textos e documentos referentes a Minas, nos arquivos e documentos locais. No contato com a comunidade eram abordados temas como a origem da família, a trajetória das pessoas, a descendência e, finalmente, os temas da escravidão e do quilombo, sempre considerando que a auto-definição do grupo seria um critério fundamental para sua identificação. As entrevistas iniciavam-se com uma exposição dos objetivos, e explicitavam a necessidade de compreender a história local; para isso, solicitavam a colaboração do entrevistado. A entrevista, aberta, explorava a trajetória pessoal: trabalho, ocupação, migração, casamento, filhos, ascendência, ocupação dos pais e dos filhos, deixando o diálogo fluir ao ritmo da lembrança. Um entrevistado sugeria outros informantes, e nessa cadeia de sugestões se alcançava algo em torno de 10% da população da comunidade.

No entorno - a sede municipal, outras comunidades e povoados vizinhos - se buscava as "emendas" que as histórias e lembranças da comunidade pesquisada propunham: como as tramas familiares se associavam, qual a imagem da comunidade, qual a posição da população do entorno frente aquela comunidade. Assim foi feita a pesquisa em Belo Vale.

BELO VALE E BOA MORTE

Belo Vale é um município localizado nas cabeceiras do rio Paraopeba, na Zona Metalúrgica de Minas Gerais, aos pés da Serra do Espinhaço, naquele trecho denominada Serra da Moeda.

Fica a aproximadamente 80 quilômetros de Belo Horizonte, 70 quilômetros de Ouro Preto, 40 quilômetros de Congonhas do Campo. Naquele local a serra forma um paredão de 200 metros de altura, que cai, abruptamente, desde os campos do cimo até as terras de *cultura* ao seu sopé, na beira do rio. Depois da primeira e brusca descida do paredão, a topografia progressivamente suaviza, e, como mares de morros, vai formar várzeas estreitas na margem direita do Paraopeba. Esta paisagem é dominante para miradas que partam de qualquer ponto do vale: sempre se vê mares de morros e a serra, dominando tudo.

A ocupação colonizadora desta região começou em fins do século XVII. Matias Cardoso, em 1672, fez roças nas proximidades de onde veio a estar a sede municipal para garantir a alimentação da *bandeira* de Fernão Dias. Como *bandeiras* e *entradas* seguiam o curso dos rios, a localidade de Belo Vale foi trecho de passagem do rio, local de transbordo, com capela construída e dedicada a São Gonçalo, que é o protetor das travessias de águas perigosas. O lugar produziu bastante ouro: as lendas são muitas e são fortes as evidências de que população escrava vivera e trabalhara numa extração aurífera regular até fins do século XVIII.¹

Belo Vale, no entanto, não fazia parte das rotas regulares para *entradas* em Minas Gerais. Era, apenas, parte obrigatória do caminho para as minas do rio Paraopeba. Os caminhos São Paulo/Ouro Preto e Rio de Janeiro/Ouro Preto passavam por Ouro Branco ou Congonhas. Dessa forma, Belo Vale foi uma localidade periférica próxima aos grandes centros mineradores, colocada na distância média de um dia (tomando Congonhas como referência) ou dois (tomando Ouro Preto

como referência) de viagem dos centros de maior movimento.

A exploração de ouro em Minas Gerais gerou um movimento populacional dispersivo. Depois que a produção farta perdia ímpeto, a população migrava para mais além, buscando novas lavras ou áreas de lavouras. Dessa maneira, o refluxo da produção mineral em fins do século XVIII levou parte da população do centro de Minas Gerais e do vale do Paraopeba, em particular, a um movimento aberto em leque na direção do rio São Francisco; outra parte dessa população substituiu, aos poucos, a mineração por uma pecuária e agricultura mais sistemática.

Boa Morte é um povoado a seis quilômetros da cidade de Belo Vale, à margem do caminho para Ouro Preto, que atualmente é a estrada para Belo Horizonte. Fica localizado no platô intermediário de um morro, dominando ao mesmo tempo a vista da serra, da cidade e, ao fundo, do rio Paraopeba. É um arraial originário do século XVIII, que conserva como padroeira Nossa Senhora da Boa Morte, santa de culto português, que às vezes os moradores do lugar alcunham de Nossa Senhora da Boa Viagem. Segundo a lenda que corre em Boa Morte, o povoado deveria ser conhecido por Bonfim, em homenagem ao Senhor do Bonfim; na mesma época, outro arraial a 40 quilômetros de distância dali construía uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Boa Morte. As imagens dos santos vieram juntas de Portugal, mas o tropeiro que as transportou desde o Rio de Janeiro confundiu as embalagens e cada capela recebeu seu santo trocado. Na época, interpretaram o fato como um desígnio, e os nomes trocados permaneceram para sempre.

Segundo Antônio Resende, historiador de Belo Vale, o povoado da Boa Morte fora construído para dar suporte e morada aos soldados que serviam num posto fiscal plantado no caminho da serra. De acordo com o "Dicionário escolar do município de Belo Vale" ainda existem restos deste posto:

*"(...) na subida da serra do Mascate, [a estrada] é toda calçada com pedras, à moda de Ouro Preto, e está em ótimas condições de conservação. Na mesma serra do Mascate [ou da Moeda] encontra-se uma ruína de construções muito antigas, que a tradição popular chama de Casas Velhas. Estas ruínas provavelmente serviam como forte militar e também como Alfândega do ouro e diamantes tirados na bacia do Paraopeba e São Francisco."*²

[Obra citada; colchetes dos autores]

Para Resende, a existência do povoado naquele tempo e local não teria outro motivo, pois estava próximo à estrada Belo Vale/Ouro Preto. Mas o incremento de sua população teria acontecido nos finais do século XIX, com a abolição da escravatura: para se livrar dos remanescentes da sua senzala, Joaquim Pinto Lara Resende, proprietário da imponente fazenda Boa Esperança situada a quatro quilômetros de Boa Morte, doou à Santa - e, por extensão, aos ex-cativos - uma gleba que foi convertida em patrimônio da Igreja e alojou aqueles que foram despejados da fazenda.

Na época da pesquisa Boa Morte compreendia algo em torno de 80 casas. O centro do povoado era um pátio com 100 metros de comprimento e 40 de largura, em frente à capela da santa. Na direção que subia o morro o

pátio se dividia em três ruas, dando origem a um braço que seguia em frente serpeando o morro, no lugar conhecido por Cruzeiro ou Cascalho; outro braço ia ao centro, fraldeando o morro, no lugar denominado Beco; a terceira via, à esquerda, mais longa e mais povoada por moradores, tinha aproximadamente dois quilômetros, era conhecida por Pasto da Fonte.

As casas eram espaçadas entre si, em geral com quintais bastante grandes, em torno de 1.000 a 5.000 metros quadrados, sempre muito plantados de culturas permanentes e temporárias. Eram residências térreas, com dois padrões bem diferenciados: umas de adobe ou pau-a-pique, sustentadas por barrotes, evidentemente construções mais antigas; outras eram de tijolo e laje, portas e janelas em esquadrias metálicas, mais recentes.

O costume local permitia aos casais jovens, ou a qualquer interessado, solicitar ao Patrimônio da Santa um lote de terras para construir e morar, que nunca podia ser negado. Às vezes os filhos construam no terreiro da casa dos pais, e assim cresciam em número as casas e as famílias. Por isso, diziam, a população de Boa Morte teria crescido muito.

A área total do patrimônio seria de 10 alqueires (24,20 hectares) e, de acordo com o censo realizado pela Associação, viveriam lá 245 moradores. Havia uma relativa concentração da população nas faixas etárias extremadas - idosos, jovens e crianças - e o parentesco compreendia duas grandes famílias. Uma, apelidada dos "Caçulas", que assinavam "da Cruz", concentrada principalmente no Pasto da Fonte. Outra, "da Silva", espalhada por todo o povoado.

No mês de agosto acontecia no povoado a festa de Nossa Senhora da

Boa Morte, muito concorrida, segundo os moradores, com afluxo de pessoas de toda a região, e de fora. Nessa festa, muito antigamente, haveria a apresentação de uma dança chamada "bate-pau", uma encenação que usava bastões, seguida de cantos ritmados. Nessas ocasiões, o falecido Ladinho, dos Caçulas, cantava numa língua muito diferente.

MIGRAÇÕES

A população de Boa Morte viveu de três fontes principais de recursos, que, muitas vezes, foram simultâneas: as lavouras próprias, feitas em terrenos próximos ao povoado; o serviço braçal, nas fazendas da redondeza; a migração para Belo Horizonte ou Congonhas - os homens para trabalhar em mineração na serra, as mulheres para trabalhar em casa de famílias. Como a experiência de trabalho fora era uma vivência generalizada, que aconteceu em algum momento da vida de todos os moradores de Boa Morte, a migração terminou por se tornar um fenômeno marcante na história e no cotidiano do povoado.

Como a terra era escassa, a lavoura rendia pouco; o lugar, diziam, era *fraco* de serviço, e por isso em algum momento da vida o jovem teria que buscar serviço fora. Assim, uma parte importante da população do povoado mudou-se para sempre: saiu, encontrou emprego, conseguiu se fixar em outros municípios, voltou para buscar parentes que também se foram, para abrir caminhos para amigos e parentes que também precisariam ir. A emigração definitiva fazia parte da trajetória da grande maioria das famílias.

Mas outros permaneceram, e estes podiam ser compreendidos em três situações. Aqueles que foram com intenção de não voltar, mas por alguma

razão *as coisas não deram certo*, e tiveram de retornar definitivamente para o povoado de Boa Morte. Aqueles que foram, permaneceram por anos no trabalho em outros lugares, e retornaram depois de aposentados e assentados na vida. Aqueles que foram e voltaram, vão e voltam, todas as semanas, todos os turnos, toda a sua vida produtiva: geralmente são os homens, que trabalharam em empresas de municípios próximos, e que escolheram esta migração perene como forma de manter ao mesmo tempo a família no lugar e o trabalho fora. Como a saída em busca de trabalho era uma alternativa obrigatória para todas as pessoas ou para alguns membros da família, adultos e jovens quase sempre se referiam ao povoado de forma muito depreciativa, e relacionavam sua permanência no local à impossibilidade de mudar, à necessidade que o fez voltar ou à iminência de, novamente, migrar.

Muitos dos que retornaram são idosos. Em geral sua vida de trabalho começara numa mineradora na serra ali vizinha, e desde os anos 1940 ou 1950 passaram por ofícios urbanos, mas sempre conservaram residência, lavoura e família em Boa Morte. Embora o lugar fosse, como diziam, *fraco*, o custo de vida era relativamente baixo, a casa era própria, o povoado ficava perto de Belo Horizonte e das mineradoras. Mulheres também migraram: tanto ou mais que os homens, só que em maioria foram para empregos domésticos, menos estáveis, e depois de aposentadas voltaram sem família construída, e então, realmente, foi um retorno um tanto mais difícil: encontrar casas, refazer família, se alojar com algum ramo de parentesco. Nos anos 1970, no auge da expansão do emprego urbano e da construção civil, muitas famílias tentaram se

estabelecer em Belo Horizonte, e em diversos momentos; às vezes até ficaram lá todos os membros, por períodos longos.

Mas o que marcava a relação dos moradores de Boa Morte com o mercado de trabalho, mais que a emigração, era o retorno, porque a trajetória de vida dos retornados - aqueles que não se aposentaram - era associada a uma derrota frente ao mercado de trabalho, às oportunidades da cidade ou à melhoria de vida. Por isso, não era um povoado de migrantes que recebia seus filhos, ou que os chamava ao apascento: pelo contrário, o retorno era marcado pela negatividade e azedume, era aceitação temporária, às vezes; era perda de uma luta contra um mundo que não fornecia mais muitas oportunidades àqueles migrantes. Migração, para estes retornados, não foi o recurso para construir família, existência ou patrimônio; antes, foi um negativo, um fracasso.

ESCRavidÃO

Belo Vale, mais que Boa Morte, cultivou uma história da escravidão. Essa história se escorava, fisicamente, em dois edifícios. Um, o Museu do Escravo, no centro da cidade, ao lado da Matriz. Outro era a sede da fazenda Boa Esperança, situada a quatro quilômetros da cidade, tombada e zelada pelo Patrimônio Histórico.

O Museu mantinha um grande acervo de peças coletadas na região, construídas ou vindas de fora, lembrando costumes dos tempos coloniais. Grande parte do acervo, porém, era concentrado no tema escravidão, expondo os instrumentos de tortura, reproduzindo a senzala e o tronco, com um objetivo evidentemente pedagógico. Ele mostrava, sobretudo, a presença forte da

escravidão em Belo Vale, a brutalidade e a humilhação contida nas relações senhor-escravo nos tempos do cativo.

Da fazenda Boa Esperança restou uma imensa casa senhorial, com aproximadamente 50 metros de frente e 70 de comprimento, com pé direito interno de 6 metros de altura, portas com 3,5 ou 4 metros de altura. Havia um engenho de cana ao lado da casa, vários pátios internos, e na capela da varanda da frente eram conservados 16 quadros do reputado Mestre Athayde.

A lembrança da escravidão era muito forte em Belo Vale, principalmente porque ela era conservada forte. O Museu do Escravo ficava numa casa em estilo colonial com uma senzala: mas ela fora construída assim, no ano 1980, a parte da frente reproduzindo a Casa da Câmara de Mariana e o pátio de senzala reproduzindo o Museu de Sabará; era uma história do cativo construída pela população contemporânea. A Matriz, decorada com afrescos barrocos representando a Paixão de Cristo, também fora reconstruída barroca nos anos 1980, pois um padre muito puritano, há décadas atrás, mandara desenhar roupas nas imagens de corpo exposto e apagar a genitália dos anjos, danificando um estilo de época que tivera de ser refeito.

Escravidão era uma lembrança bem conservada em Belo Vale, principalmente era bem alimentada para nunca ser esquecida, sempre associada aos tempos de esplendor colonial e à riqueza que a escravidão construíra. O Museu e fazenda introjetavam essa lembrança, nas crianças, principalmente, pois o ensino da história local e da tradição escravista era, curiosamente, vulgarizada por elas. Em várias das entrevistas

realizadas no povoado, os avós pediam ao neto que apanhasse seu caderno de escola para explicar o que fora escravidão em Belo Vale. O cativo, então, ressurgia na história associado às figuras materiais do casarão da fazenda e do prédio do Museu.

É preciso ver, então, que a história desse cativo tem aspectos delicados. Primeiro, porque ela foi reconstruída, e neste processo se transformou em sinônimo de domínio, punição e tortura. Segundo, porque ela foi apropriada pela população urbana, culta, ilustrada, geralmente composta por pessoas assumidamente não descendentes de africanos e escravos, mas, pelo contrário, insistentemente descendentes de senhores e "portugueses". Terceiro, porque ela era difundida na contra-mão, quer dizer, do jovem para o idoso, pela via da educação formal. Quarto, porque ela era simbolizada, fisicamente, no Museu e fazenda, construindo um estereótipo do que teria sido o cativo.

Escravidão era sofrimento para uns, riqueza, poder e tradição para outros; lembrada pelos jovens, pelos educados ou pelos abastados. Assim, era mais um fenômeno institucionalizado de cultura, localizada, que referência coletiva.

CATIVEIRO EM BOA MORTE

Já os moradores de Boa Morte tinham, quase, um horror ao cativo e ao passado, tanto o próprio quanto o coletivo, aquele cultivado em Belo Vale. Viram uma saída pessoal para sua vida, que foi necessária em determinado momento: na situação de dificuldade de sustento acabaram ingressando aos poucos no trabalho urbano, nas mineradoras, conservando laços com o povoado. Mas a lem-

brança coletiva era mais complexa ainda. Eliminaram sistematicamente o passado, suprimiram escravidão, e toda sorte de lembrança relacionada a cativo e cativo ficou longe deles, representada por lugares concretos, associada à fazenda Boa Esperança, à sua senzala e currais, ao Museu do Escravo.

Os moradores mais idosos, diziam, jamais ouviram falar que houvesse escravo, ou descendência de escravos em Boa Morte. Houve, sim, na Boa Esperança. Mas eles, entrevistados, enganchavam sua genealogia no ramo externo - paterno ou materno, mas sempre não originários do povoado -, nos que migraram para Boa Morte, e levavam sua ascendência pessoal a se transferir para o povoado dos Pintos, a Chacrinha, o Ceará, e outros lugares, além. Como o padrão de casamentos do povoado de Boa Morte indicava uniões preferenciais ligando mulher do povoado a homem de fora, foi fácil pendurar os descendentes neste ramo brumoso, sempre desprovido de lembranças de origem. Assim, a imigração para Boa Morte foi o recurso para os descendentes escaparem da história do cativo.

Em Boa Morte havia uma resistência forte em relação ao passado. As pessoas diziam nunca se lembrar de seus pais e avós: deles não guardaram histórias nem feitos, e seus rastros sequer marcaram as casas que os sucessivos moradores do povoado construíram. A dificuldade para traçar uma genealogia precisa era um exemplo: as pessoas nunca lembravam com exatidão os lugares de origem de seus antepassados: "*meu pai era de outra comunidade*", "*não sei*", e nas entrevistas a memória dificilmente alcançava mais que duas gerações; depois vinha o vácuo, o esquecimento. Era neste ponto que mais se destacava

a diferença entre Belo Vale e Boa Morte, pois a história não-negra, urbana, educada e institucional da escravidão na sede municipal não correspondia à lembrança de afro-descendentes, pobres, aposentados e excluídos do povoado. Boa Morte queria viver num esquecimento feroz de si mesmo e do que possa ter sido: um esquecimento escolhido, certamente para contrastar e fugir àquele figurino inoportuno de escravo humilhado e surrado que a cidade cultuava.

Assim, havia dois movimentos nas lembranças: um urbano, não-negro, que "cultuava" a escravidão e as referências de um suposto passado opulento; outro, era negro, rural, pobre, mas que se esquecia, nunca ouvira falar de escravidão, pelo menos ali no povoado.

Havia, também, outro aspecto muito importante. Em Boa Morte, praticamente, não existia herança. Como o terreno era Patrimônio da Santa, a apropriação, em princípio, era igualmente livre para todos os filhos, que herdavam, então, da Santa, não dos seus pais ou avós; e a Santa transmitia um patrimônio que fora da fazenda, legado para a senzala. Por isso, talvez, desobrigavam-se a cultivar essas lembranças dos maiores. Certamente por isso os pais e avós eram referidos e tratados sempre como ônus: pelo muito trabalho que davam, pelo pouco proveito que geravam; sequer a aposentadoria - que em muitas famílias era a principal fonte de sustento - era valorizada como resumo do esforço de uma vida de trabalho, mas recebida como uma contrapartida ofertada pelos idosos ao cuidado que os descendentes tinham consigo.

Aqui, também, cabe outra associação, pois o descuido com os mais velhos seria também uma outra

forma de recusar a lembrar o passado. Os idosos eram destratados, sua lembrança não era ofertada, partilhada ou respeitada pelos filhos e netos. Pelo contrário, até, eram dos irmãos ou maiores não-residentes as lembranças mais ricas e valorizadas. Lembrar de passado remoto, quase sempre era sofrer, porque teria como matéria a subalternidade do cativo.

Definitivamente, Boa Morte era um povoado que não gostava e não exibia seu passado. Mas o passado era remetido para um esquecimento tão profundo, que se tornava, por contraste, muito evidente. Saltava da fala do idoso que não se lembrava, não sabia, não queria saber, não conhecera, desconhecia quem poderia ter conhecido. Saltava das atitudes dos que não se pejavam em fornecer falsas pistas e orientar os pesquisadores insistentemente para entrevistar migrantes perpétuos, ou não-descendentes de africanos. Afirmavam, dessa maneira tão enfática, que aquela lembrança construída e cultivada de escravidão não era deles, nem queriam que fosse.

Os moradores de Boa Morte não se enxergavam como comunidade, tampouco como negros, e sequer como sócios de um patrimônio étnico-cultural, histórico e ecológico comum. Ao contrário: se esforçavam para diluir suas diferenças com o resto do mundo, eram brasileiros tão comuns como todos os outros. Assim, se revelavam muito mais secretos do que queriam se mostrar. Por isso, todas as negações que afastavam de Boa Morte uma origem ou herança escrava, destacavam um aspecto tão escondido quanto evidente: a premência da negação e a constância do falseamento das pistas revelavam um grupo humano solidamente coeso na recusa. E, recusa tão coesa, não deixava de ser, de uma maneira muito direta, outra

forma de se reconhecer como grupo, que negava com toda a força que dispunha aquela escravidão que os outros desejavam que tivesse, algum dia, vivido.

* **Eduardo Magalhães Ribeiro é Economista, Pesquisador do CNPq, Prof. da Universidade Federal de Lavras.**

* **Flávia Maria Galizoni é Antropóloga, Bolsista PDJ/CNPq-Universidade Federal de Lavras.**

NOTAS

1 - Informações sobre Belo Vale foram fornecidas pelo historiador Antônio Resende, a quem os autores agradecem; sobre a região foram consultados também Saint-Hilaire (1975), Antonil (1982). Sobre o movimento populacional que ocorreu após a decadência das minas consultar Castro (1975), Furtado (1980) e Wirth (1981).

2 - "Dicionário escolar do município de Belo Vale", edição da Prefeitura Municipal, ano 1993, sem autor e editora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTONIL, André João
(1982) *Cultura e opulência do Brasil*. Terceira Edição. BH/Itatiaia, SP/EDUSP.
- DICIONÁRIO Escolar do município de Belo Vale.
(1993) Edição da Prefeitura Municipal.
- CASTRO, Antônio Barros de
(1975) *Sete ensaios sobre a economia brasileira*. Segunda edição. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- FURTADO, Celso
(1980) *Formação econômica do Brasil*. Décima sétima edição. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de
(1975) *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte/Itatiaia; São Paulo/Edusp.
- WIRTH, John D.
(1982) *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.